

Agradecimentos.....	9
Prefácio.....	11
Apresentação.....	15
Abreviaturas.....	19
Introdução.....	27

Parte I

FONTE E PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Configuração dos deveres de informar e de indenizar no mercado de valores mobiliários.....	37
1.1. A fonte dos deveres de informar e de indenizar no mercado de valores mobiliários.....	37
1.1.1. A fonte do dever de informar.....	38
1.1.1.1. O papel da informação no mercado de valores mobiliários.....	38
1.1.1.2. Dever de informar <i>ex vi legis</i>	46
1.1.1.2.1. Informações contínuas das companhias abertas.....	49
1.1.1.2.2. Informações para oferta pública de emissão de valores mobiliários.....	56
1.1.2. A fonte do dever de indenização.....	60
1.2. Atributos do dever de informar.....	68
1.2.1. Como deve ser informado?.....	68
1.2.2. Quem tem a informação e quem deve informar?.....	71
1.2.2.1. Imputação do dever de informar: companhia ou administrador?.....	71
1.2.2.2. Imputação do dever de informar: a qual administrador? ...	78

1.3.	Violação do dever de informar como requisito do dever de indenizar.....	84
1.3.1.	Qual foi a conduta violadora do dever de informar?	84
1.3.1.1.	Como ocorreu a falha informacional?.....	85
1.3.1.2.	Quando ocorreu a falha informacional?	92
1.3.2.	Distinções entre ilícitos relacionados.....	95
2.	Dano.....	99
2.1.	Relação entre interesse e dano.....	100
2.1.1.	Teoria da diferença e teoria do interesse.....	100
2.1.2.	Interesses tutelados pela regulação da informação no mercado de valores mobiliários.....	105
2.2.	Danos causados pela falha informacional: espécies e atributos	109
2.2.1.	Espécies.....	109
2.2.1.1.	Dano pela interferência na decisão do investidor	111
2.2.1.1.1.	Danos residuais decorrentes do dolo principal ...	112
2.2.1.1.2.	Perda de uma chance por falha informacional no mercado de valores mobiliários?.....	124
2.2.1.2.	Dano informacional pela distorção do preço dos valores mobiliários.....	139
2.2.1.2.1.	Requisito do negócio jurídico	140
2.2.1.2.2.	Requisito da correção do preço de mercado	143
2.2.2.	Atributos do dano	155
2.2.2.1.	Dano direto.....	156
2.2.2.2.	Dano certo	160
3.	Nexo de causalidade.....	165
3.1.	Configuração do nexo de causalidade.....	166
3.1.1.	Análise teórica do nexo de causalidade.....	166
3.1.1.1.	A dupla função do nexo de causalidade.....	166
3.1.1.2.	Teorias do nexo de causalidade.....	167
3.1.2.	A identificação da causa do dano	171
3.1.2.1.	O fenômeno da multiplicidade de “causas”	171
3.1.2.2.	Causalidade por omissão informativa	175

3.2. Prova do nexo de causalidade.....	177
3.2.1. Meios de prova.....	178
3.2.1.1. Danos residuais decorrentes do dolo principal.....	179
3.2.1.2. Distorção dos preços dos valores mobiliários.....	180
3.2.1.2.1. Desafios e limitações da prova.....	180
3.2.1.2.2. Métodos econométricos: a experiência norte-americana com a prova do nexo causal.....	188
3.2.2. Valoração da prova.....	208

Parte II

EFEITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

4. O <i>quantum</i> indenizatório.....	221
4.1. Quantificação dos danos residuais decorrentes do dolo principal.....	222
4.2. Quantificação do dano informacional pela distorção do preço dos valores mobiliários.....	225
5. Os sujeitos ativo e passivo da relação de indenização.....	235
5.1. Quem deve indenizar?.....	235
5.1.1. Pressupostos teóricos.....	236
5.1.1.1. Análise histórico-dogmática da noção de pessoa jurídica.....	236
5.1.1.2. Elementos essenciais das sociedades anônimas.....	241
5.1.1.2.1. Organização finalística.....	241
5.1.1.2.2. Imputação de situações jurídicas.....	243
5.1.1.2.3. Separação patrimonial.....	246
5.1.1.2.4. Limitação de responsabilidade.....	247
5.1.2. Sujeitos passivos da relação de reparação.....	247
5.1.2.1. Imputação do ilícito.....	248
5.1.2.1.1. Dever jurídico e consequências legais.....	256
5.1.2.1.2. Conduta ilícita e sociedade anônima.....	260
5.1.2.2. Imputação do dever de indenizar.....	279
5.1.2.2.1. Fator de imputação.....	279
5.1.2.2.2. Pluralidade de responsáveis.....	291
5.2. Quem deve ser indenizado?.....	304

Parte III
EFETIVIDADE DO REGIME JURÍDICO ATUAL

6. Tutela dos investidores e o paradoxo da responsabilidade civil	311
6.1. Como os interesses dos investidores são tutelados?	315
6.1.1. Tutela <i>ex ante</i>	315
6.1.2. Tutela <i>ex post</i>	321
6.2. Qual é a função da responsabilidade civil?	328
7. Análise crítica e proposições	339
7.1. Análise crítica	339
7.1.1. O regime geral de responsabilidade civil é suficiente?	340
7.1.2. Os instrumentos processuais são satisfatórios?	344
7.1.3. A responsabilidade civil atende à sua função?	356
7.2. Proposições	371
7.2.1. Regime especial de responsabilidade civil	371
7.2.2. Aprimoramentos dos instrumentos processuais	377
7.2.3. Fortalecimento de outros instrumentos de <i>enforcement</i>	383
Conclusão	389
I. Teses defendidas	389
II. Considerações finais	395
Bibliografia	397